

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Director*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Director*FERNANDO PEDREIRA — *Redactor Chefe*MARCOS SA CORREA — *Editor*FLAVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*JOSE SILVEIRA — *Secretario Executivo*

Estrangulamento Externo

A economia brasileira caminhará rapidamente para o estrangulamento, se medidas não forem tomadas para acelerar os investimentos internos e externos. A ponta externa, que no passado chegou a contribuir com cerca de um bilhão de dólares por ano, retraiu-se drasticamente, e se forem levados em conta os compromissos do país com a dívida, o Brasil, na realidade, passou a exportador de capitais.

Tanto o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, quanto o próprio Presidente José Sarney têm insistido na tecla de que é importante a retomada dos investimentos, para responder à demanda que borbulha em todos os setores da vida nacional. Faltam desde automóveis até secadores de cabelo, há escassez de bens de consumo duráveis, há deficiências de infra-estrutura e de prestação de serviços.

O que o país precisa responder, portanto, mais que rápido, é de onde irá tirar o dinheiro de que necessita para atender à fome de capital. Nas duas décadas passadas, recorremos a fundos compulsórios, que foram do PIS ao PASEP ou ao FGTS; recorremos ao endividamento financeiro externo, aos mecanismos dos investimentos diretos e à poupança livre doméstica. Tudo somado foi capaz de proporcionar taxas positivas de crescimento que só se desaceleraram com o desequilíbrio provocado pelo aumento brusco nos preços do petróleo e, posteriormente, com o serviço da dívida.

Ao gerar megassuperávits e pagar suas contas externas de juros em dia, o Brasil abriu caminho para o renegociamento recém-concluído de sua dívida pendente com os bancos comerciais. Pode, agora, pensar em um reescalamento do principal a longo prazo. Está demonstrado que o país tem capacidade para continuar crescendo, e que, a despeito dos estrangulamentos em vários setores, sua infra-estrutura básica para um novo salto está montada. O que terá provocado a alarmante redução nos investimentos diretos de risco do exterior, tornada pública e reconhecida pelo próprio Banco Central?

Dificuldades o Brasil já experimentou, no passado. Turbulências existiram na década de 60, e a transição nos períodos de governos militares nem sempre foi pacífica. Só em raros momentos, olhando para trás, a queda de investimentos externos diretos assemelha-se, porém, ao que ocorre agora, precisamente quando mudamos em

termos qualitativos e oferecemos várias vantagens (comparadas com outros países) para o capital, não só em termos básicos mais ainda em mão-de-obra e ambiente democrático.

O que está inibindo o capital estrangeiro é, evidentemente, a xenofobia que se espalhou tendo como epicentro a reserva de mercado na informática. O que começou como estímulo a um setor transformou-se, de repente, numa virose de indisfarçável ambição de poder político, que extrapolou a área da informática por mais de um ministério e quer transplantar o modelo cartorial para toda a economia.

Faminto por poupança, o Brasil mergulha no princípio da reserva não só onde ela existe, superdimensionando o espírito da lei, inibindo o investimento produtivo e ameaçando reduzir a zero o capital novo, fixo, que poderia estar ampliando linhas de montagem ou adicionando fábricas novas às existentes. Se houver um chip num secador de cabelo, o secador será questionável. Esta é a realidade hoje. E então?

Vejam-se os depoimentos de representantes de grandes empresas em vários órgãos de divulgação e logo se entenderá o clima que grassou no país. De uma empresa eletrônica européia de grande porte, recolhe-se o testemunho sobre a impossibilidade de continuar exportando a partir do Brasil, se as restrições que a estão emperrando continuarem. Dentro de cinco anos, neste caso, o que hoje são cem milhões de dólares em vendas externas poderá ser zero. Quem irá ocupar o espaço vazio? Onde estão os capitais?

Este é apenas um exemplo, mas se aplica a vários outros casos, onde os componentes de dívida se espalharam. Em um mundo onde se aplicam cada vez mais padrões e standards, criamos obstáculos que estão freando a construção de pontes para o exterior e ignorando a realidade de um mundo cada vez mais permeável. Tudo isso parte da manutenção do espírito de tutela que presidiu o país em longos anos de autoritarismo e colocou o burocrata como senhor das decisões ou imperador do que mais interessaria em termos nacionais. Quer ele continuar julgando a capacidade do país para crescer com independência, enquanto cria amarras cujo resultado prático pode ser a sabotagem das fundações do cruzado. É, sem dúvida, uma armadilha que a jovem democracia brasileira não pode aceitar.